



MODIFICAÇÃO DE LOTEAMENTO

1. Formulário Padrão (fornecido pelo IMPLURB) devidamente preenchido, sendo imprescindível conter o nome do interessado, número do telefone, número do celular e e-mail do proprietário, do procurador e/ou responsável técnico;
2. Certidão atualizada da matrícula da gleba com averbação do plano de loteamento, expedida pelo cartório de registro de imóveis competente (com no máx. 180 dias), conforme previsto no Art. 28 da Lei Complementar n.º 004/14, atualizada pela Lei Complementar n.º 015, de 17 de janeiro de 2019.
3. Certidão Negativa do IPTU ou Guia de quitação atual ou documento que comprove a isenção deste.
4. Certidão de ônus reais atualizada.
5. Certidão de Avaliação Urbanística conforme previsto no parágrafo único do Art. 6 da Lei Complementar n.º 004/14, expedida pela Diretoria de Planejamento - DPLA/IMPLURB *atualizada*.
6. Declaração de viabilidade de prestação de serviços públicos expedidas pelos órgãos/concessionárias competentes, quando necessário.
7. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional habilitado pelo CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do profissional habilitado pelo CAU ou Termo de Responsabilidade Técnica TRT do profissional habilitado pelo CRT (técnicos Industriais com habilitação em Agrimensura, Geodésia e Cartografia e Geoprocessamento – conforme parágrafo único do Art. 6º da Resolução 045/2018 da Lei Nº 13.639/2018 (referente ao parcelamento do solo – modificação de loteamento));
8. Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV aprovado anteriormente pela CTPCU/IMPLURB.
9. Estudo de Tráfego aprovado pelo órgão municipal competente, quando necessário.
10. Licença Ambiental expedida pelo IPAAM ou SEMMAS, quando necessário.
11. Termo de Compromisso estabelecendo garantias de execução do loteamento, caucionando no mínimo 1/3 (um terço) da área total dos lotes particulares, excluindo-se as áreas verdes, áreas de equipamentos comunitários e as áreas de uso público, atualizado.
12. Apresentar arquivo digital atualizado contendo os projetos salvos em .dwg (AutoCAD) e planta georreferenciada em formato regulamentado pelo Poder Executivo.



**Planejamento
Urbano**
Instituto Municipal

13. Planta de situação da área objeto de parcelamento identificada na malha urbana;
14. Apresentar arquivo digital atualizado contendo os projetos e memoriais descritivos, salvos em formato PDF, assinados pelo proprietário do imóvel e pelo responsável técnico, contendo a indicação do número do documento de Responsabilidade Técnica, dos seguintes desenhos:

14.1. MEMORIAL DESCRITIVO DEVERÁ CONTER:

- a) Descrição sucinta do loteamento, com as suas características e a fixação de uso ou usos predominantes;
- b) As condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções de acordo com legislação urbanística vigente, além daquelas decorrentes das diretrizes fixadas pela Avaliação Urbanística, se houver;
- c) A indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do Município no ato de registro do loteamento;
- d) A enumeração dos equipamentos urbanos e comunitários, das áreas verdes e dos serviços públicos ou de utilidade pública já existentes no loteamento e adjacências;
- e) A enumeração dos equipamentos urbanos e comunitários e das áreas verdes previstas no loteamento;
- f) A indicação dos cursos d'água e nascentes;
- g) A descrição dos serviços e das obras a serem executados.
- h) A indicação da sugestão da denominação das vias para inserção na base cartográfica do órgão responsável;

14.2. OS PROJETOS DEVERÃO CONTEMPLAR:

- a) A subdivisão das quadras em lotes, com respectivas dimensões e numeração;
- b) A indicação dos lotes destinados à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- c) As áreas verdes reservadas;
- d) O sistema de vias com respectiva hierarquia e seção conforme especificações determinadas no Anexo II desta Lei Complementar;
- e) Os elementos de locação com as dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias, de acordo com as normas técnicas adotadas pelo órgão municipal competente;



**Planejamento
Urbano**
Instituto Municipal

- f) A indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais;
- g) Topografia com curvas nível do terreno, de metro em metro.

Observações:

- Quando se fizer necessário poderá ser solicitada a planta georreferenciada em formato regulamentado pelo Poder Executivo.
- Os memoriais descritivos devem estar em conformidade com os projetos;
- Formalização e/ou trâmite de processos por terceiros só será aceita por procuração reconhecida em cartório.
- A proposta de parcelamento do solo poderá ser objeto de Avaliação Urbanística conforme o disposto no Art. 7 e §1º do Art. 27 da Lei Complementar nº 004/14.
- Nas plantas e memoriais devem ser previstos campos para os carimbos necessários do IMPLURB com área mínima de 10cm (largura) x 5cm (altura). Ressaltamos que havendo necessidade de outros carimbos deve ser previsto área maior que a solicitada.